

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.321.406 - RJ (2018/0165312-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : ERIG TRANSPORTE LTDA  
**ADVOGADOS** : FERNANDO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA - RJ034320  
ALINE MOREIRA HERINGER DE SÁ - RJ148628  
**AGRAVADO** : MIREA NUBIA CAMARA DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : RENATA GOMES DA ROCHA PINHEIRO - RJ176800

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alínea “a” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

*"CIVIL E PROCESSO CIVIL. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE COLETIVO. ATROPELAMENTO. CONDENAÇÃO EM REPARAÇÃO DE DANOS. CISÃO DA DEVEDORA APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO. TRANSFERÊNCIA DE METADE DO PATRIMÔNIO PARA A EMPRESA NOVA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ART. 233 DA LEI 6.404/74. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. ART. 1º - C DA LEI 9494/97.*

*Nos termos do art. 233 da Lei 6404/74, a companhia cindida e as que absorverem parte do patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da primeira anteriores à cisão.*

*Assim, responde a empresa agravada solidariamente pelo débito objeto da lide, já que tem origem anterior à cisão.*

*O STJ já pacificou o entendimento de que as empresa concessionárias de serviços públicos de transportes estão sujeitas ao prazo prescricional de 5 anos, previsto no art. 1º -C da Lei 9494/97.*

*Assim, considerando que o redirecionamento da execução ocorreu em novembro de 2002 e o trânsito em julgado em 22/06/1998, não há que se falar em prescrição da pretensão de execução.*

*Precedentes do STJ e do TJERJ.*

*Recurso provido em parte para afastar a prescrição da pretensão executiva das verbas impostas na sentença." (e-STJ, fl. 72)*

Opostos embargos de declaração, os mesmos foram rejeitados (e-STJ, fls. 86/91).

Em suas razões recursais, a agravante aponta violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese (a) que questões relevantes para o julgamento da controvérsia foram omitidas, pois não se pode considerar que houve

direcionamento da execução com a petição datada de 27.11.2002, considerando não foi elaborado nenhum pedido em face da agravante, tendo a agravada apenas informado que aceitava os bens ofertados que estavam sendo utilizados pela empresa de transporte, (b) que o redirecionamento em desfavor da agravante ocorreu apenas em 16.06.2011, o que confirma a prescrição da pretensão executiva e (c) que já havia requerido a habilitação de seu crédito junto ao processo de falência, não podendo ser aceito um recebimento duplo de crédito.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 124/152.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumpra salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."*

Não se verifica a alegada violação ao art. 1.022 do CPC/15, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, em especial no tocante a suposta prescrição intercorrente e a solidariedade decorrente das obrigações anteriores à cisão, *in verbis*:

*"Pelo que consta dos autos, o direcionamento da execução em face da agravante ocorreu em 27/11/2002, conforme narrado na inicial.*

*Ocorre que nos termos do art. 233 da lei 6.404/74 na cisão com extinção da companhia cindida, as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da companhia extinta. A companhia cindida que subsistir e as que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da primeira anteriores à cisão.*

*Assim, a companhia que absorver parcela do patrimônio da cindida responde solidariamente pelas obrigações anteriores à cisão.*

*(...)*

*Por outro lado, não custa ressaltar que a autora só tomou conhecimento inequívoco da cisão apenas em novembro de 2002 (arq. 410 - fls. 433/434) quando requereu o reconhecimento da solidariedade entre as empresas.*

*Desta forma, considerando que o trânsito em julgado ocorreu em 22/06/1998 e o redirecionamento da execução foi requerido em*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*22/11/2002, não há que se falar em prescrição da pretensão executiva, tendo em vista o prazo prescricional se encerraria em 22/06/2003." (e-STJ, fls. 76/78)*

De fato, inexistiu omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo recorrente, manifestou-se acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

Impende ressaltar que, *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte"*(AgRg no Ag 56.745/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 12/12/1994).

Nesse sentido, confirmaram-se os seguintes julgados: REsp 209.345/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 16/5/2005; REsp 685.168/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 2/5/2005.

Ademais, não há que se falar aplicação de multa por suposta litigância de má-fé, conforme requerido pela parte agravada em contrarrazões.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça possui orientação de que *"o simples fato de haver o litigante feito uso de recurso previsto em lei não significa litigância de má-fé"* (AgRg no REsp 995.539/SE, Terceira Turma, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 12/12/2008). Isso, porque a má-fé, como se sabe, não pode ser presumida, sendo necessária a comprovação do dolo da parte, ou seja, da intenção de obstrução do trâmite regular do processo, nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil de 2015, o que não se verifica no caso.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator